

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

KEY CHALLENGES FACED BY PUBLIC MANAGEMENT IN ADMINISTERING THE UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)

 <https://doi.org/10.63330/armv2n6-034>

Submetido em: 06/07/2026 e Publicado em: 09/07/2026

Renato Vigatto Bonilha

Aluno do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Colorado do Oeste
E-mail: renatobonilh@hotmail.com

Glicerinaldo de Sousa Gomes

Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes
Professor Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Colorado do Oeste
E-mail: glicerinaldo@gmail.com

Resumo

O estudo aborda os principais desafios enfrentados pela gestão pública na administração do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando a relevância da saúde como direito social e responsabilidade do Estado. Trata-se de uma revisão bibliográfica, com objetivo de identificar as barreiras que dificultam a eficiência administrativa, o acesso e a qualidade dos serviços públicos de saúde no Brasil. A pesquisa foi conduzida por meio de levantamento em bases como SciELO e Google Acadêmico, com seleção de publicações científicas, editoriais, teses e dissertações publicadas entre 2014 e 2025, submetidas a leitura exploratória, seletiva e analítica. Os resultados indicaram que a escassez de recursos financeiros, a má distribuição dos investimentos, a deficiência de capacitação dos profissionais de saúde, a fragilidade das políticas públicas, a fragmentação da gestão e a baixa participação social figuram entre os principais entraves à administração do SUS. Conclui-se que o aprimoramento da gestão pública em saúde exige planejamento, educação permanente, racionalização de custos, fortalecimento da atenção básica e ampliação do controle social.

Palavras-chave: Administração pública; Gestão em saúde; Políticas públicas; Sistema Único de Saúde.

Abstract

The study addresses the main challenges faced by public management in the administration of the Brazilian Unified Health System (SUS), considering health as a social right and a duty of the State. This is a bibliographic review that aims to identify barriers that affect administrative efficiency, access, and quality



in public health services in Brazil. The research was conducted through searches in databases such as SciELO and Google Scholar, selecting scientific publications, editorials, theses, and dissertations published between 2014 and 2025 and submitted to exploratory, selective, and analytical reading. The results indicate that limited financial resources, unequal allocation of investments, insufficient training of health professionals, fragile public policies, fragmented management, and low social participation are among the main obstacles to SUS administration. The study concludes that improving public health management requires planning, permanent education, cost rationalization, strengthening of primary care, and expansion of social control.

Keywords: Health management; Public administration; Public policies; Unified Health System.

1 INTRODUÇÃO

A atuação da gestão pública na saúde é tema de grande relevância para a sociedade brasileira, uma vez que a administração pública possui papel fundamental na garantia do acesso a serviços de saúde eficientes, contínuos e compatíveis com as necessidades da população. A saúde, além de representar uma necessidade básica, constitui elemento indispensável à qualidade de vida e ao exercício da cidadania.

Criado no contexto da Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) consolidou a saúde como direito de todos e dever do Estado, instituindo um modelo universal de atenção que busca garantir acesso integral e igualitário às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde (Brasil, 1988). Apesar desse avanço, a implementação e a operacionalização do SUS continuam a impor desafios significativos à administração pública brasileira.

Nos termos da Lei nº 8.080/1990, a organização do SUS envolve a atuação articulada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com direção única em cada esfera de governo (Brasil, 1990). A descentralização, embora necessária para atender às especificidades regionais, também exige capacidade técnica, financeira e administrativa dos entes federativos, especialmente dos municípios, que estão mais próximos das demandas cotidianas da população.

Entre os principais desafios da gestão pública em saúde destacam-se a escassez de recursos financeiros, a insuficiência de profissionais qualificados, a fragmentação administrativa, as desigualdades regionais, a fragilidade de políticas públicas e a baixa participação social nos processos decisórios. Tais fatores impulsionam os gestores a repensar as dinâmicas organizacionais do sistema de saúde brasileiro, sobretudo quanto ao planejamento, à execução, ao monitoramento e à avaliação das ações públicas.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo identificar, por meio de revisão bibliográfica, os principais desafios enfrentados pela gestão pública na administração do SUS. Busca-se, ainda, discutir de que forma esses entraves impactam a qualidade, a eficiência e o acesso da população aos



serviços de saúde, bem como evidenciar a importância da participação social na formulação e no controle das políticas públicas de saúde. Ao sistematizar criticamente os principais desafios identificados na literatura recente, este estudo busca contribuir para o aperfeiçoamento das discussões sobre gestão pública em saúde e subsidiar gestores e pesquisadores interessados no fortalecimento do SUS.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A gestão pública em saúde constitui campo complexo e multifacetado, pois envolve recursos humanos, financeiros, tecnológicos e institucionais, além da implementação de políticas públicas capazes de promover a saúde da população. Nesse contexto, a identificação dos obstáculos administrativos torna-se indispensável para a formulação de estratégias voltadas à melhoria dos serviços prestados pela rede pública.

A escassez de recursos financeiros no setor de saúde pública está associada à fragmentação do sistema e à descentralização da gestão. Embora a descentralização tenha como finalidade aproximar as ações de saúde das necessidades regionais, observa-se que a distribuição desigual de recursos e equipamentos pode agravar a precariedade dos serviços, principalmente em regiões mais vulneráveis. Cancian et al. (2023) destacam que o desconhecimento sobre os mecanismos de coordenação e a insuficiência de aprimoramento institucional contribuem para o uso inadequado dos recursos e para a elevação dos custos.

As dificuldades financeiras tornam-se ainda mais evidentes quando se considera que o SUS atende a maior parte da população brasileira, inclusive usuários que, embora possuam plano de saúde, eventualmente recorrem ao sistema público para procedimentos, medicamentos de alto custo ou serviços de maior complexidade. Para Mendes e Bittar (2014), essa realidade amplia a pressão sobre o orçamento público e exige planejamento rigoroso para manter a sustentabilidade do sistema.

Outro desafio recorrente refere-se à qualificação e à capacitação dos profissionais de saúde. A ausência de profissionais em quantidade suficiente, associada à necessidade de atualização permanente, compromete a resolutividade dos serviços e contribui para a sobrecarga das unidades de atendimento. Cancian et al. (2023) observam que a falta de capacitação técnica interfere diretamente na qualidade da assistência e na capacidade de resposta do sistema.

Ramos et al. (2020) apontam que os desafios contemporâneos da gestão em saúde envolvem não apenas a disponibilidade de recursos, mas também a organização dos processos de trabalho, a gestão de pessoas, a infraestrutura e a capacidade de tomada de decisão. A atuação do gestor público, portanto, deve ser orientada por planejamento estratégico, análise de indicadores e capacidade de articulação entre os diferentes níveis de atenção.

A ineficiência das políticas públicas voltadas à saúde também se apresenta como fator relevante. Franco e Pereira (2021) discutem que a gestão pública em saúde necessita de políticas consistentes,



atualizadas e compatíveis com as necessidades reais da população. Nesse sentido, a adoção de estratégias fragmentadas ou descontinuadas pode comprometer a efetividade das ações e reduzir a confiança social nas instituições públicas.

No âmbito municipal, os desafios assumem contornos específicos, pois a atenção básica é uma das principais portas de entrada do SUS e depende fortemente da capacidade administrativa local. Lopes et al. (2025) ressaltam que a gestão dos recursos destinados à atenção básica exige interpretação jurídica adequada, controle orçamentário e planejamento para assegurar a continuidade dos serviços essenciais. Além dos aspectos financeiros e administrativos, a transformação tecnológica também influencia a gestão do SUS. Lima et al. (2025) discutem que ferramentas de inteligência artificial podem contribuir para a otimização de processos e para a tomada de decisões, desde que adotadas com critérios técnicos, responsabilidade institucional e respeito às necessidades da política pública de saúde.

A participação social constitui dimensão essencial da gestão do SUS. Gomes e Orfão (2021) identificam desafios para a efetiva participação popular e para o controle social, especialmente em razão de limitações de acesso à informação, fragilidades institucionais e baixa mobilização da população. Reis e Vasconcelos (2019) também ressaltam que o desconhecimento dos direitos em saúde dificulta a participação cidadã na formulação e no acompanhamento das políticas públicas.

De Souza (2025) reforça que os problemas enfrentados pela saúde pública brasileira exigem respostas integradas, com fortalecimento institucional, qualificação da gestão e compromisso com a eficiência administrativa. Assim, a administração do SUS deve ser compreendida como processo contínuo de planejamento, execução, avaliação e correção de rumos, sempre orientado pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida com o propósito de identificar e analisar os principais desafios enfrentados pela gestão pública na administração do Sistema Único de Saúde (SUS). A investigação fundamentou-se na análise de produções científicas relacionadas à gestão em saúde, políticas públicas, financiamento, recursos humanos, participação social e organização dos serviços públicos de saúde no contexto brasileiro.

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consultas às bases de dados SciELO e Google Acadêmico, considerando publicações disponíveis em língua portuguesa e inglesa, publicadas entre os anos de 2014 e 2025. A delimitação temporal foi adotada com a finalidade de reunir estudos que refletissem as discussões mais recentes sobre a gestão pública em saúde, contemplando diferentes perspectivas acerca dos desafios enfrentados pelo SUS.



Na etapa inicial, procedeu-se à leitura exploratória das publicações identificadas, visando verificar sua relação com o tema investigado. Foram localizados mais de quinze estudos potencialmente relevantes. Em seguida, realizou-se a leitura seletiva, considerando critérios como aderência ao objetivo da pesquisa, pertinência temática, atualidade das publicações e consistência das discussões apresentadas.

Após esse processo de seleção, nove estudos foram considerados adequados para compor o corpus da pesquisa e submetidos à leitura analítica. As demais referências consultadas foram utilizadas como suporte teórico complementar, contribuindo para a contextualização e aprofundamento da discussão dos resultados, sem integrarem a análise comparativa apresentada na Tabela 1. Nessa etapa, buscou-se identificar os principais desafios apontados pela literatura quanto à gestão pública do SUS, permitindo a organização, comparação e interpretação das informações obtidas.

Os dados extraídos das publicações foram sistematizados em tabela elaborada pelos autores, contemplando informações referentes aos estudos analisados, aos desafios identificados e à frequência com que essas problemáticas foram mencionadas na literatura consultada. Essa sistematização possibilitou evidenciar os aspectos mais recorrentes discutidos pelos pesquisadores, contribuindo para a análise dos resultados e para a construção das considerações apresentadas neste estudo.

Por tratar-se de pesquisa exclusivamente bibliográfica, desenvolvida a partir de documentos e publicações científicas de acesso público, não houve coleta direta de dados com seres humanos, utilização de informações individualizadas ou realização de intervenções. Dessa forma, não foi necessária a submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa, mantendo-se, entretanto, o compromisso com a integridade científica, a fidedignidade das informações analisadas, a correta atribuição das fontes utilizadas e o atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram incluídos no estudo artigos e periódicos enquadrados no tema proposto, publicados entre 2014 e 2025, escritos em português ou inglês. Foram excluídos documentos que não se relacionavam diretamente ao objeto da pesquisa, que não apresentavam dados ou discussão pertinente à gestão pública em saúde ou que estavam fora do período delimitado.

A análise dos estudos selecionados revelou que a falta de recursos financeiros e a deficiência de capacitação ou qualificação dos profissionais de saúde apareceram como os desafios mais recorrentes, ambos identificados em quatro dos nove artigos analisados. A ineficiência das políticas públicas voltadas à saúde foi observada em três artigos, enquanto a má distribuição dos recursos, a baixa participação social, a fragmentação do sistema, a descentralização da gestão e a insuficiência de infraestrutura adequada apareceram em dois estudos cada. A Tabela 1 apresenta a sistematização das problemáticas identificadas na literatura consultada.



Tabela 1 - Principais desafios identificados na literatura sobre a gestão pública do SUS (2014–2025)

Nº	Desafio identificado	Autores relacionados	Quantidade de artigos
1	Má distribuição dos recursos financeiros e falta de gestão eficiente dos recursos financeiros	Assunção et al. (2024); Ramos et al. (2020)	2
2	Falta de recursos financeiros e escassez de recursos	Assunção et al. (2024); Mendes e Bittar (2014); Ramos et al. (2020); Cancian et al. (2023)	4
3	Falta de capacitação ou qualificação dos profissionais de saúde	Assunção et al. (2024); Cancian et al. (2023); Lima et al. (2025); Martins e Waclawovsky (2015)	4
4	Ineficiência nas políticas públicas voltadas à saúde	Franco e Pereira (2021); Ramos et al. (2020); Martins e Waclawovsky (2015)	3
5	Falta de participação da população nas políticas públicas de saúde	Franco e Pereira (2021); Gomes e Orfão (2021)	2
6	Fragmentação do sistema de saúde e descentralização da gestão	Cancian et al. (2023); Martins e Waclawovsky (2015)	2
7	Falta de infraestrutura adequada	Lima et al. (2025); Martins e Waclawovsky (2015)	2
8	Más condições de trabalho	Cancian et al. (2023)	1
9	Baixa remuneração do servidor	Cancian et al. (2023)	1
10	Corrupção	Cancian et al. (2023)	1
11	Desigualdade regional no acesso aos serviços de saúde	Martins e Waclawovsky (2015)	1
12	Encarecimento da tecnologia médica	Mendes e Bittar (2014)	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Os resultados demonstram que os principais entraves à gestão pública do SUS não se limitam à insuficiência de recursos, mas envolvem também problemas de planejamento, distribuição, qualificação profissional, infraestrutura e governança. A escassez financeira, quando associada à má gestão de custos, compromete a capacidade do sistema de custear serviços essenciais e de responder a crises sanitárias ou demandas reprimidas. A gestão eficiente do financiamento público exige critérios técnicos de alocação, mecanismos permanentes de monitoramento e capacidade de planejamento estratégico, uma vez que decisões inadequadas podem comprometer tanto a oferta quanto a continuidade dos serviços de saúde.

Mendes e Bittar (2014) relacionam o envelhecimento populacional à ampliação da demanda por serviços de saúde, medicamentos de uso contínuo e atendimentos prolongados, o que pressiona o orçamento público e exige respostas administrativas mais eficientes. Esse cenário reforça a necessidade de planejamento financeiro, avaliação permanente de custos e priorização de ações de maior impacto coletivo.

Oliveira, Coelho e Levi (2024) destacam que os gastos em saúde apresentam desigualdades importantes entre municípios e regiões, penalizando localidades menores e com menor disponibilidade de recursos humanos e financeiros. Dessa forma, a gestão pública precisa considerar a equidade territorial como elemento central na distribuição dos investimentos e na organização dos serviços.

No processo de fortalecimento da política de saúde, a atenção básica deve ocupar posição estratégica, especialmente no âmbito municipal. A estruturação das unidades básicas, a qualificação das equipes e o uso adequado dos recursos disponíveis podem reduzir a sobrecarga dos serviços de média e alta



complexidade, além de ampliar a prevenção, a promoção da saúde e o acompanhamento contínuo dos usuários.

A qualificação profissional apresentou-se como um dos fatores mais recorrentes na literatura analisada. A oferta de educação permanente, cursos de atualização, incentivos à formação e capacitação em gestão, planejamento e uso de tecnologias pode contribuir para melhorar a resolutividade do SUS. Além disso, a valorização das equipes e a melhoria das condições de trabalho são medidas necessárias para reduzir a rotatividade e fortalecer a continuidade dos serviços.

A fragilidade das políticas públicas também interfere diretamente na qualidade do sistema. Para que as ações de saúde sejam efetivas, os gestores precisam estabelecer objetivos claros, mecanismos de monitoramento, indicadores de desempenho e processos de avaliação. Políticas descontinuadas, pouco divulgadas ou desarticuladas das necessidades locais tendem a reduzir a eficiência administrativa e a dificultar o acesso da população aos serviços.

A participação social, prevista como diretriz constitucional do Sistema Único de Saúde, permanece como desafio relevante. A literatura analisada demonstra que limitações no acesso à informação, baixo conhecimento acerca dos mecanismos de controle social e reduzida participação da população nos espaços deliberativos dificultam o acompanhamento das políticas públicas e enfraquecem os processos de fiscalização democrática. O fortalecimento dos conselhos de saúde, das conferências e das estratégias de transparência pode ampliar a legitimidade das decisões administrativas e favorecer maior aproximação entre gestores e sociedade.

Observa-se, portanto, que os desafios identificados não devem ser analisados de forma isolada. A insuficiência de recursos financeiros influencia a infraestrutura disponível; a deficiência estrutural afeta as condições de trabalho; estas, por sua vez, dificultam a permanência e a qualificação dos profissionais, repercutindo diretamente na qualidade da assistência prestada à população. Paralelamente, políticas públicas fragmentadas e mecanismos limitados de participação social reduzem a capacidade institucional de identificar prioridades, corrigir falhas e aperfeiçoar continuamente a gestão.

Dessa forma, a literatura evidencia que o aprimoramento da administração pública em saúde exige uma atuação integrada, capaz de articular planejamento estratégico, gestão eficiente dos recursos, valorização dos profissionais, fortalecimento da atenção básica, desenvolvimento institucional e ampliação dos mecanismos de governança e controle social. A superação desses desafios depende menos de soluções isoladas e mais da construção de políticas públicas permanentes, coordenadas e orientadas pelos princípios da universalidade, integralidade, equidade, eficiência administrativa e compromisso com a qualidade dos serviços ofertados à população.



5 CONCLUSÃO

O presente artigo identificou os principais desafios enfrentados pela gestão pública na administração do Sistema Único de Saúde, evidenciando que a eficiência do SUS depende de fatores financeiros, técnicos, administrativos, estruturais e sociais. Os resultados indicaram que a escassez de recursos, a deficiência de capacitação dos profissionais, a ineficiência de políticas públicas e a baixa participação social estão entre os principais entraves à melhoria dos serviços públicos de saúde.

Constatou-se que a falta de planejamento pode gerar gastos desnecessários, baixa resolutividade e dificuldade de priorização das ações. Por isso, a gestão pública em saúde deve ser orientada por planejamento estratégico, controle de custos, análise de indicadores, avaliação permanente e articulação entre os diferentes níveis de atenção. A racionalização dos recursos não deve significar redução de direitos, mas utilização mais eficiente e equitativa dos meios disponíveis.

A participação social deve ser fortalecida como instrumento de controle, transparência e aprimoramento das políticas públicas. Gestores públicos precisam estimular a população a participar dos espaços institucionais de decisão, divulgar os serviços disponíveis e promover campanhas educativas sobre direitos, deveres e funcionamento do SUS.

Também se evidencia a necessidade de políticas permanentes de capacitação e valorização dos profissionais de saúde. A educação continuada, a formação técnica e a melhoria das condições de trabalho são medidas essenciais para elevar a qualidade do atendimento, reduzir falhas administrativas e fortalecer a confiança da população no sistema público.

Conclui-se que a melhoria da administração do SUS exige gestores com conhecimento técnico-científico, sensibilidade social e capacidade político-institucional para planejar, executar e avaliar ações públicas. A pesquisa contribui para a reflexão crítica sobre os desafios da saúde pública brasileira e oferece subsídios para a construção de estratégias voltadas à qualidade, à equidade e à sustentabilidade do Sistema Único de Saúde.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se o fato de a análise restringir-se à literatura disponível nas bases consultadas, não contemplando investigações empíricas junto a gestores ou profissionais do SUS. Assim, os resultados refletem as evidências encontradas nos estudos analisados. Sugere-se que futuras pesquisas desenvolvam estudos de campo em diferentes realidades municipais, estaduais e regionais, permitindo compreender como esses desafios se manifestam em distintos contextos administrativos.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, E. L. F.; LIMA, A. A.; CAVALCANTE, N. H. P. G.; FILHO, M. P. de M.; MELLO, P. G. de; CUNHA, C. B. de O.; COSTA, S. C. P. da; OLIVEIRA, L. B. R.; SILVA, G. de S.; SELBMANN, A. Desafios e avanços na saúde pública brasileira: educação e gestão de custos no Sistema Único de Saúde.



Cognitus Interdisciplinary Journal (CIJ), v. 1, 2024. Disponível em:

<https://ojs.editoracognitus.com.br/index.php/revista/article/download/4/4/20>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 30 abr. 2026.

CANCIAN, M.; CAVALCANTE, W. T.; PINHO, S. T. de. Desafios na gestão pública no processo de gestão em saúde: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, 2023. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/599/707>. Acesso em: 15 set. 2025.

SOUZA, R. B de. Problemas e desafios enfrentados pela gestão pública na saúde brasileira. **Lumen et Virtus**, [S. l.], v. 16, n. 46, p. 1709-1724, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/3627/4689>. Acesso em: 10 dez. 2025.

FRANCO, G. T.; PEREIRA, J. S. Os desafios de gestão pública na saúde. **Recima 21 - Revista Científica Multidisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/603/519>. Acesso em: 26 ago. 2025.

GOMES, J. F. de F.; ORFÃO, N. H. Desafios para a efetiva participação popular e controle social na gestão do SUS: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 131, p. 1199-1213, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/mnGCSGkFNYjRshXhxGMk95m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2025.

LIMA, L. A. de O.; PARENTE, A. M. B.; LEIMANN, A. H.; SCHIAVAO, L. J. V.; MAIA, L. A.; SOUSA, F. B. da S.; ARAÚJO, T. S. S.; SOUSA, G. C. Gestão na saúde pública: contribuições da inteligência artificial para a otimização dos processos e tomada de decisões. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 16, n. 9, e5243, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5243/3463>. Acesso em: 7 dez. 2025.

LOPES, E. C.; SANTOS JUNIOR, M. S. dos; PASSOS, T. M. da S.; BRANDÃO, L. S.; ANDRADE, C. de M. L. Administração pública municipal e o SUS: uma análise jurídica dos desafios e perspectivas na gestão dos recursos destinados à atenção básica. **Revista Graduação em Movimento - Ciências Jurídicas**, v. 4, n. 3, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifc.edu.br/index.php/gdmdireito/article/view/1223/328>. Acesso em: 5 dez. 2025.

MARTINS, C. C.; WACLAWOVSKY, A. J. Problemas e desafios enfrentados pelos gestores públicos no processo de gestão em saúde. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 4, n. 1, p. 100-109, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/revistargss/article/view/12733/6263>. Acesso em: 28 set. 2025.

MENDES, J. D. V.; BITTAR, O. J. N. V. Perspectivas e desafios da gestão pública no SUS. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 16, n. 1, p. 35-39, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/18597/pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.



OLIVEIRA, V. E. de; COELHO, V. S.; LEVI, M. L. Desafios e oportunidades para a política de saúde. **GV-Executivo**, v. 23, n. 3, e91905, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/91905/86346>. Acesso em: 10 dez. 2025.

RAMOS, A. S. M. B.; DIAS, A. M. C.; SOUZA, I. B. J. de; RÊGO, A. S.; GONZAGA, L. de J. B. Os principais desafios da gestão em saúde na atualidade: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 3413-3433, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/8949/7640>. Acesso em: 3 set. 2025.

REIS, D. C.; VASCONCELOS, F. R. S. Controle social do Sistema Único de Saúde brasileiro: desafios e potencialidades da gestão pública. **Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v. 13, n. 45, p. 807-817, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1781/2583>. Acesso em: 30 abr. 2026.